

O material pedagógico na educação paraibana: o livro de leitura no ensino primário

Fabiana Sena da Silva¹

No século XVIII e XIX, na Europa, as idéias iluministas reorganizaram os dados empíricos (Ciência, racionalidade), os quais forneceram as bases teóricas do conhecimento, denominando o positivismo. Essa corrente de pensamento influenciou a organização escolar européia que devia ser entendida como total, universal e redentora. Como as idéias circulavam mundialmente, o Brasil sentiu os efeitos das idéias positivistas após a segunda metade do século XIX, introduzindo um projeto educacional baseado nestes ideais.

No período de 1870 a 1894, fim da fase imperial e início da república, a sociedade brasileira inseria-se na modernização, fruto do estágio atingido no processo de mudança da base da sociedade exportadora brasileira, que de rural-agrícola passou para urbano-comercial. A organização escolar brasileira, em tal contexto, ocorria em meio à crise do modelo agrário-comercial exportador dependente e da tentativa de incentivo à industrialização. A consolidação do desenvolvimento econômico manifestava-se de imediato com o contato mais intenso com a Europa, que fornecia ao Brasil, além de novos maquinários e instrumentos, novas idéias que passaram a circular no pequeno meio intelectual dos meados do século XIX, no Brasil (RIBEIRO, 1995, p. 64).

Entretanto, neste cenário, o analfabetismo passou a se constituir um problema, pois as técnicas de leitura e escrita foram se tornando instrumentos necessários à integração dos indivíduos na sociedade. Os políticos reconheciam a necessidade da difusão da escola primária com base nacionalista de cunho positivista, introduzindo a formação patriótica através do ensino cívico, e para isso organizaram campanhas com este fim (RIBEIRO, 1995, p. 82).

A educação primária brasileira, durante boa parte do século XIX, não estava regida por um regulamento ou dispositivo legal que efetivasse um programa de ensino adequado para a sua realidade. De acordo com Arroyo (1990, p. 79), a contribuição massiva da literatura estrangeira no setor educacional brasileiro foi um dos fatores que causaram o atraso no processo de formação da literatura infantil brasileira. Nesta época, era comum a presença de mestres

franceses, alemães, ingleses e americanos que utilizavam a sua própria língua para educar crianças e adolescentes brasileiros. As leituras indicadas eram as de origem de seus mestres, de modo que “durante muito tempo o livro de português não constituiu nenhuma necessidade para os meninos brasileiros” (ARROYO, 1990, p. 79). Para efetuar a leitura e a escrita dessas pessoas, eram utilizadas várias fontes, tais como: relatos de viagens, autobiografias, romances, documentos de cartórios, cartas pessoais, o Código Criminal, a Bíblia e a Constituição do Império, os quais serviam de instrumentos ao ensino e à prática de leitura (HÉBRARD, 1999, p. 49).

Era presente a influência também portuguesa na educação brasileira. As traduções das obras mais lidas na Europa eram trazidas ao Brasil através de Portugal. As leituras feitas desses livros

eram quase sempre pesadas, de um espírito moralista acentuando na sua falsidade ou precariedade, obrigacionais, sem o menor interesse pelo entretenimento, como o compreendemos hoje. O objetivo de tais leituras era armazenar na cabeça da criança conhecimentos, fatos e conceitos dentro dos padrões sociais e educacionais então vigentes (ARROYO, 1990, p. 83).

No fim do século XIX e início do XX, os professores perceberam que a leitura dos clássicos de origem europeia “era consideravelmente pesada para as crianças. Se não foi essa razão, pode-se apontar o próprio desenvolvimento pedagógico como causa do aparecimento dos livros de leituras para as escolas, substituindo propriamente uma leitura infantil de que raras sensibilidades no Brasil então cogitavam” (ARROYO, 1990, p. 121). A formação de crianças leitoras se dava por esse material, livro de leitura, que, segundo Oliveira e Sousa (2000, p. 01), era um livro auxiliar do ensino da língua portuguesa e um objeto cultural.

Para difundir os propósitos nacionalistas, cuja origem é o positivismo, e “colocar a criança corretamente, à luz do universo da escrita”, (BOTO, 2004, p. 497), surgiram diversos livros de leitura,

tais como, *Primeiro livro de leitura*, *Segundo livro de leitura*, *Terceiro livro de leitura*, *Quarto livro de leitura*, e *Quinto Livro de leitura* de Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho, de 1892; *Primeiro livro de leitura*, *Segundo livro de leitura*, *Terceiro livro de leitura* e *Quarto livro de leitura*, de Romão Puiggari e Arnaldo de Oliveira Barreto, a partir de 1904, que circularam no estado de São Paulo; *Antologia Nacional*, Fausto Barreto e Carlos de Laet, *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manuel Bonfim, de 1910; *Escola Pittoresca*, de Carlos D. Fernandes, 1918.

No que diz respeito à instrução na Paraíba, as providências tomadas para a melhoria da sua educação começaram com o convite feito pelo governador João Machado a Francisco Xavier Júnior para que promovesse uma reforma na educação do estado. Diante da precariedade em que o ensino primário se encontrava – as escolas paraibanas estavam desaparelhadas, com suas instalações em edifícios inadequados e sem o uso adequado do livro didático –, Xavier Júnior iniciou um processo de mudança nesse nível de ensino e introduziu a escrituração escolar no Estado da Paraíba, que consistia no registro em livro de todas as atividades ocorridas na escola. No caso das escolas primárias, “cada professor seguia um processo de ensino, sem observar o menor preceito de metodologia pedagógica. Não havia um critério na adoção de livros didáticos; cada um ministrava o ensino pelo livro que queria ou que lhe ditava, muitas vezes, e interesse do livreiro” (MELLO, 1936, p. 61). No governo de João Pereira de Castro Pinto, no ano de 1913, a Instrução Pública da Paraíba começou a tomar nova configuração. As instituições do ensino primário foram reformuladas com base nas práticas escolares que ocorriam no Rio de Janeiro (Capital Federal) e nas capitais dos estados do Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais, conforme as prescrições do Presidente do Estado, que buscava estar em consonância com o que ocorria no sudeste do país. Os livros utilizados no estado da Paraíba, naquela época, foram o ABC do Agricultor e Epítome história da Parahyba e os supracitados, exceto *Escola Pittoresca*, que ainda não havia sido publicado (PINHEIRO, 2002).

Vistas da perspectiva da organização e sistematização a que foram submetidos leitores e leitura na escola, desde o século XIX, essas práticas revelam menos um “caos pedagógico”, do que o fato de a “nacionalização” (SOARES, 43) prevista para a leitura escolar, a partir da adoção de livros, tais como a Antologia Nacional, ainda não havia se instalado de forma sistemática, pelo menos pelas escolas paraibanas. Na tentativa de preencher essa suplência, Carlos D. Fernandes publica, na Paraíba, em 1918, o livro de leitura intitulado *Escola Pittoresca*, que ora passamos a analisar, com o objetivo de compreender a sua concepção de leitura e de leitor e sua inserção no quadro dos livros didáticos brasileiros. Pelo do decreto de nº 913, de 14 de março de 1918, esse livro passa a ser adotado nas escolas de ensino primário da Paraíba, marcando uma das realizações na área da Instrução Pública do Presidente do estado, Camillo de Hollanda.

O processo de produção da *Escola Pittoresca*

Mas, quem foi Carlos Dias Fernandes, o autor de *Escola Pittoresca*? Ele nasceu em Mamaguape, estado da Paraíba, em 1874. Ao longo da sua vida, exerceu diversas funções para poder realizar os seus estudos. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, atuou na imprensa de São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará. Porém, logo cedo, Carlos D. Fernandes revelou “inclinações para as atividades literárias” (BARBOSA FILHO, 2001, p. 120), “tanto que aos quinze anos, segundo testemunho de Castro Pinto, confundia os professores da localidade na análise gramatical dos mais difíceis trechos d’ *Os Lusíadas*” (MARTINS, 1976, p. 16).

Carlos D. Fernandes esteve sob a influência do movimento simbolista que circundava o seu discurso poético. A grande influência veio do poeta Cruz e Sousa, e esteve ao lado de diversas personalidades jornalísticas e poéticas do cenário brasileiro. A sua obra é extensa e variada, abarcando romances, discursos, monografia, livro didático.

No governo do Presidente do Estado da Parahyba do Norte, João Pereira de Casto Pinto (1912 a 1916), Carlos D. Fernandes foi convidado para dirigir o órgão oficial do jornal *A União* e a Imprensa oficial, estendendo a sua participação também no governo de Francisco Camillo de Hollanda (1916 a 1920). À frente deste jornal, as suas atividades foram como animador cultural, articulista, polemista e crítico literário, o que evidenciou uma intensa liderança no meio provinciano da capital da Parahyba do Norte, João Pessoa.

Assim, durante o governo de Camillo de Hollanda, em 1917, quando dirigia o jornal *A União*, Carlos D. Fernandes foi convocado para produzir a *Escola Pittoresca*. No que diz respeito a essa **produção**, podemos pensar na questão de autoria, que para Chartier (1998, p. 35), o **autor** é, ao mesmo tempo, **dependente** e **reprimido**. Pensar neste autor é atribuir o sentido de quem escreve um texto dentro das regras que já definem a sua condição para que ele exista. Assim, o autor é “dependente porque ele não é mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto, não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiros-editores ou operários da impressão), nem para aqueles que deles se apropriam para a leitura”. Reprimido, porque o autor se submete “às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária” (1998, p. 36). Nesse sentido, Carlos D. Fernandes escreveu *Escola Pittoresca* na **dependência** das orientações do Presidente do Estado, Camillo de Hollanda, e **reprimido** pelas produções já existentes da época.

No que se refere à primeira condição de **autoria**, tratava-se de ter ocorrido uma Reforma do Ensino Primário em 1917, substituindo o estatuto de 26 de agosto de 1904. O ensino ministrado nas escolas públicas paraibanas, a partir dessa reforma, versou sobre diversas disciplinas, e entre elas está a Leitura e Escrita. Como não havia livro de leitura para o desenvolvimento das atividades da disciplina Leitura e Escrita na Paraíba, nesta época, necessitava de um material que conduzisse a prática escolar desta disciplina. O ensino, neste período, estava centrado nas idéias positivistas, as quais se

fundamentavam no progresso e na ordem que moldaram e reforçaram o discurso para a construção e consolidação do estado republicano no Brasil e, conseqüentemente, foram sendo incorporados no discurso da elite local do estado da Parahyba do Norte. Com o objetivo de crescimento da nação brasileira, através da ordem e do progresso, foi preciso consubstanciá-la no amor e no respeito à pátria.

De acordo com Pinheiro (2002, p. 104), a escola teve importância fundamental para a construção das nações, uma vez que os conteúdos em sala de aula – língua e geografia nacionais, história da pátria, de seu povo, ou mais precisamente, de seus heróis – estavam envoltos pela ideologia do nacionalismo-patriótico, e baseando-se nela, pretendia construir as diversas identidades nacionais.

Baseando-se na questão de nacionalidade, Carlos D. Fernandes produziu o livro de leitura de caráter didático, segundo os contornos que a educação brasileira tomava. Mas, a **dependência**, acima dita, também faz pensar que Carlos D. Fernandes esteve na condição de autor do século XVII, conforme Roger Chartier expõe em um capítulo intitulado “O autor entre punição e proteção”, no livro *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (1999). Nessa época, o escritor tinha duas possibilidades: uma é que ele fosse provido de benefícios, cargos, postos, caso ele não pertencesse a uma linhagem aristocrática ou burguesa, dispondo de uma fortuna patrimonial. Outra condição era ele ser obrigado a entrar nas relações de patrocínio e receber uma remuneração não imediata de seu trabalho como escritor, sob a forma de pensão, de recompensa ou de emprego (CHARTIER, 1999, p. 39). Esta relação de autoria, com modelo do patrocínio, que já tinha acabado na Europa no século XX, no Brasil ainda permanecia e que, no caso de *Escola Pittoresca*, Carlos D. Fernandes expressou a sua relação de patrocínio na página de rosto deste livro. Isto significa uma fixação de sentido da recepção da leitura e, especialmente, mostrar que houve uma hierarquia de autores; este livro foi composto por dois autores. O primeiro foi o

Presidente do estado, Camillo de Hollanda, e o segundo Carlos D. Fernandes. Segundo Fernandes e Felgueiras (2004, p. 159), “a validação do conteúdo dos livros” se dá na prática de consignar na capa ou na página de rosto a indicação de estar em harmonia com os programas e ter sido oficialmente aprovado. Isso é uma forma de validar o livro junto ao público. A *Escola Pittoresca* traz, na sua página de rosto, a aprovação do presidente do estado para o uso nas escolas, e reforça ainda mais com o decreto de nº 913, de março de 1918, cujo presidente expressa o seu pedido formal do livro e o seu uso. Conforme os autores Fernandes e Felgueiras, os livros, assim como os cadernos escolares, eram objetos caros para a maioria da população, de modo que os livros não se destinavam apenas às crianças, mas também aos professores, pais, educadores e autoridades escolares. Isso ficou expresso na publicidade que Carlos D. Fernandes deu ao seu livro de leitura no jornal *A União*, de 1918, que ele dirigia, trazendo mais de 35 notícias sobre *Escola Pittoresca* e a livraria onde ele se encontrava para a sua venda.

Quanto à segunda condição de **autoría**, a repressão pelas produções já existentes da época, Carlos D. Fernandes recorreu aos autores didáticos portugueses, franceses, italianos e brasileiros para produzir a *Escola Pittoresca*, conforme a carta explicativa que se encontra no final do livro em análise. Ademais, ele ressaltou a influência de *Coração* (1891), de Edmundo de Amicis, por considerá-lo “o príncipe dos escritores” (DIAS FERNANDES, 1918, p. 154), cujo livro retrata a instrução e a educação cívica dos meninos italianos na forma narrativa de diário. Porém, Carlos D. Fernandes procurou restringir o tamanho dos seus contos e condensar num só compêndio o pensamento integral de Amicis, pois acreditava que no livro dele havia uma “prolixidade das narrativas” (p.155).

Assim, percebe-se que o livro de leitura produzido por Carlos D. Fernandes está dentro de “uma imagem da cultura com o objetivo de produzir uma interpretação unitária, um dominador comum cultural, digno de ser transmitido e aprendido na escola, isto é, uma representação dominante da cultura” (VALDEMARIM, 2005, p. 18).

Estas concepções de ensino de língua marcam a produção dos livros didáticos de língua portuguesa no Brasil. Eles se definem como aqueles livros ou impressos empregados pela escola, para o desenvolvimento de um processo de ensino ou de formação (BATISTA, 1999, p. 564). Para estar em conformidade com a prática pedagógica vigente da época, os livros didáticos expressam, em seu interior, exatamente o que o sistema de ensino propõe. Então, pensar na questão de autoria de livros didáticos é compreender que a figura do autor exerce a função de “escriba de uma Palavra que vinha de outro lugar. Seja porque era inscrita numa tradição, e não tinha valor a não ser o de desenvolver, comentar, glosar aquilo que já está ali” (CHARTIER, 1999, p. 31). No caso de *Escola Pittoresca*, compreende-se que esta Palavra vinha da voz do Presidente do Estado e das vozes de outros autores que apresentavam um discurso nacionalista nos materiais pedagógicos, evidenciando a **dependência** do autor.

A *Escola Pittoresca* é por excelência um livro didático, dedicado ao presidente da Província, Camilo de Hollanda, que havia sugerido a sua elaboração para uso nas escolas da província. Para Carlos Dias Fernandes, a inspiração para essa “nova” leitura vinha de Edmundo de Amicis, autor italiano, a quem o escritor paraibano atribuiu o papel de príncipe dos escritores didáticos, cujo livro *Coração* constituía-se um grande sucesso de venda e de público.

Qual a importância de *Coração*? O que ele significou? Surgido na Itália, na época de sua unificação, o livro é um libelo a favor da pátria, do estado e por extensão da família e da religião. O livro tem como protagonistas um grupo de crianças no cotidiano de um ano escolar, que na Europa vai de outubro a julho. As crianças e, sobretudo, Henrique, o narrador, têm sua caracterização estereotipada. Segundo Formiga (2004, 63), “não há meio-termo em *Coração*, ou são estudiosas, solidárias, generosas, enfim, ‘boazinhas’ e admiradas por Henrique, que ressalta as qualidades individuais dos colegas. [...] Ou são desobedientes, orgulhosas, esnobes, como descreve o narrador. O ponto de vista do narrador, muito embora

seja o de uma criança, serve como manifesto de bons sentimentos de filhos em relação aos pais, de pobres em relação aos ricos, comprometido com valores ideológico relativos principalmente à noção de pátria e amor a Deus. Apesar desse comprometimento ideológico, os números acerca de *Coração* são reveladores do seu sucesso entre o público infantil: até 1930, o livro já registrava 39 edições da tradução brasileira, feita por João Ribeiro." Na Paraíba, por exemplo, encontramos anúncios de jornais informando sobre a chegada do livro às livrarias, desde 1888.

Esse parece ter sido o primeiro aspecto levado em conta por Carlos Dias Fernandes, para tomar o livro italiano, e não os tradicionais manuais de leitura feitos no Brasil, como modelo: o gosto do público infantil. Os outros aspectos são claramente expostos pelo autor na nota explicativa: é o "amor às armas, aos bons costumes domésticos e escolares, o amor da língua vernácula, os encantos e deveres da sociedade civil" (FERNANDES, p.154).

Na elaboração de *Escola Pitoresca*, o autor afasta-se da tradição de livros de leitura e do próprio *Coração*, ao optar por uma adaptação no estilo da narrativa. Primeiramente, ele próprio escreve os textos que chama de contos, com um tamanho reduzido que, segundo o que pensa, torna a leitura acessível à compreensão dos leitores. Quanto ao leitor de Carlos Dias Fernandes, não há dúvida: são todos rapazes, como afirma em sua advertência, cuja destinação, se inserida em sua historicidade, pode ser, ao mesmo tempo, tanto indicativo de que existem assuntos destinados às mulheres e outros aos homens, como revelação do baixo ou nenhum índice de escolarização feminina.

Esse leitor a quem Carlos Dias Fernandes endereça o seu livro é seduzido por um estilo pessoal e único, do qual se observa a intencional "ausência de neologismos e termos eruditos, períodos curtos". O discurso do autor é uma nova representação de leitor, avesso ao cânone, ao tradicional, ao que circulava comumente nos livros de leitura, como, por exemplo, na já citada *Antologia Nacional*. Esse livro volumoso, permeado de textos complexos - "clássicos da

língua portuguesa”, todos mortos – , sem recursos gráficos visuais. É interessante observar que Carlos Dias Fernandes instaura um novo tipo de livro de leitura, que não é nem do tipo *Coração*, um livro de ficção, com personagens, enredo etc, nem uma *Antologia Nacional*, que é a compilação de vários textos de épocas variadas, de autores consagrados, inclusive com a morte, numa visível valorização do passado. Nesse sentido, Carlos Dias Fernandes afasta-se da “concepção de leitura escolar como leitura autores de língua portuguesa e de professor como leitor e conhecedor das duas literaturas, a portuguesa e a brasileira” (SOARES, 43). Se, por um lado, no que diz respeito à seleção de textos e ao modo de apresentá-los, a Escola Pitoresca se afasta dos manuais de leitura, por outro, na escolha dos temas a serem tratados, observamos os mesmos critérios dos nossos tradicionais livros de leitura.

Tendência central do conteúdo do livro de leitura Escola Pittoresca e dos atuais livros didáticos de língua portuguesa

A *Escola Pittoresca* configura-se em quatro partes, apresentando contos de caráter narrativo, possuindo, cada conto, uma média de quatro páginas. O público ao qual se destinou este livro de leitura foi o jovem estudante do 3º grau do ensino elementar. Dada a peculiaridade da criança e do jovem, as atividades propostas pelos professores deveriam estar “associadas à recreação e ao prazer, estratégias para obter a atenção e o aguçamento da curiosidade, conseguindo-se, assim, formar o hábito de atenção firme, necessário à educação intelectual” (VALDEMARIM, 2005, p. 120).

No livro *Escola Pittoresca*, observamos tanto a permanência de certa concepção de leitura como instrumento de formação ética do aluno (SOARES, 2001), revelada no conteúdo do livro, quanto a ruptura com a tradição de livros volumosos, sem ilustração, com textos longos e de épocas diversas. Na carta de advertência, o autor deixa clara a permanência dessas duas concepções de leitura, quando afirma querer proporcionar ao leitor uma leitura fácil, aprazível e

instrutiva, que lhe fale ao coração e à inteligência, concorrendo eficazmente para a formação do caráter, nos pontos de vista físico, cívico, intelectual e moral (FERNANDES, 1918, p.153). Essa contradição se evidencia, sobretudo pelo título, quando o autor coloca lado a lado duas idéias díspares: escola e pitoresca. A palavra “pitoresca” significa divertida, recreativa, imaginosa, o que leva a formular a hipótese segundo a qual este livro está ancorado em uma nova concepção de leitura, dentro da tendência educacional Escola Nova, iniciada e difundida no fim do século XIX, por John Dewey, nos Estados Unidos e também na Europa. Segundo Diana Vidal (2001, p. 89), o discurso da Escola Nova apresentava uma imagem cinética da educação, que deveria ser extensiva também aos livros didáticos e, por conseguinte, ao processo de leitura. Essa representação do processo de aprendizagem como algo dinâmico, em movimento e, sobretudo, agradável, revela-se no título dado por Carlos Dias Fernandes. Esta concepção educacional opunha-se às práticas pedagógicas tidas como tradicionais, que centravam o processo de aprendizagem no professor. Nesta, o foco do ensino se deslocou para a criança, concebendo-a como um ser ativo, centro do processo de ensino-aprendizagem, cujos conteúdos programáticos estão baseados no desenvolvimento psicológico da criança.

Os contos escritos por Carlos D. Fernandes, em *Escola Pittoresca*, retrataram a cultura brasileira através da linguagem coloquial e visual para atrair as crianças paraibanas, predominando temas como a noção da pátria, de Deus, do serviço das armas, da língua portuguesa, da cultura dos campos, das aves, dos mamíferos, de aspectos e paisagens do Brasil (DIAS FERNANDES, 1918, p. 156). Assim, percebe-se que os conteúdos revelam dois temas predominantes: o **nacionalismo** e o **moralismo** e **religiosidade**. O primeiro refere-se à exaltação da natureza - as belezas naturais do país, o amor à terra, que é extremamente fértil, idealização da vida rural; na exaltação dos vultos e história do Brasil - origens, história e os grandes homens do país; e na exaltação da língua - preocupação

e culto da língua nacional, elegância na linguagem, expondo as crianças a bons textos. Boto (2004, p. 486) compreende que a questão da nacionalidade propiciará o seguinte comportamento: “ao conhecer a tradição de seu país, tais indivíduos [alunos] seriam capazes de fazer justiça a ela”. O outro trata dos valores que todo bom cidadão deve ter, como honestidade, bondade, respeito aos mais velhos, cumprir os deveres, bom caráter, obediência aos preceitos cristãos, caridade, dedicação ao trabalho e à família, etc.

Conforme as disposições da materialidade e do conteúdo do livro de leitura *Escola Pittoresca*, percebe-se o controle do autor e das produções já existentes, “encarregadas de exprimir uma intenção, de governar a recepção, de reprimir a interpretação” (CHARTIER, 1998, p. 35). A idéia era a de incutir noções de hierarquia por meio dos valores e crenças trazidos nos conteúdos dos livros, com fins de respeitar e obedecer às leis do seu país.

Considerações finais

No decorrer dessa reflexão, pôde-se perceber que a questão de autoria perpassa o livro de leitura em análise e é produto de um autor, cuja autoridade para escrevê-lo é instituída por outrem que, por sua vez, está permeado de regras que controlam, selecionam, organizam e redistribuem certo número de procedimentos (FOUCAULT, 2000, p. 08 e 09) para a produção do livro. Assim, o livro de leitura *Escola Pittoresca* está marcado pela voz do Presidente do Estado, Francisco Camillo de Hollanda e pelos didáticos europeus que influenciaram Carlos Dias Fernandes na sua composição.

No início da fase republicana, a escola brasileira ensinava aos brasileiros o que era o Brasil, através da prática escolar, com conteúdos nacionalistas, moralistas e religiosos. Com os livros de leitura nas escolas brasileiras e, em particular, nas paraibanas, a prática escolar estava assegurada nos anseios políticos de uma reforma social capaz de promover a mudança engendrada pelo desenvolvimento econômico e cultural que o país almejava, porém

esta mudança deveria ser contida, regrada e vigiada de outros tempos.

Notas

¹ Mestrado em Educação – UFPB e cursando doutorado em Letras – UFPB, desenvolvendo pesquisa de doutoramento na área da história da leitura na Paraíba. Professora do UNIPÊ (Instituto Paraibano da Paraíba.).

Referência

ARROYO, Leonardo. **Literatura Infantil Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1990.

A UNIÃO. **Pittoresca**. João Pessoa, 20 de junho de 1918. n. 134.

BARBOSA FILHO, Hildeberto. **Arrecifes e Lajedos**. João Pessoa: Edufpb, 2001.

BATISTA, Antônio Augusto G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

BOTO, Carlota. Sobrevivência do Passado e Expectativas do Futuro: a tradição escolar na cultura portuguesa. In: MENEZES, Maria Cristina Menezes. **Educação, Memória, História**: possibilidades, leituras. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2004.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary Del Priore. 2. ed. Brasília/DF: Ed. UnB, 1998.

_____. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. UNESP. São Paulo, 1999.

DIAS FERNANDES, Carlos. **Escola Pittoresca**. Livraria Editora de Leite Ribeiro e Maurillo. Rio de Janeiro, 1918.

FERNADES, Rogério ; FELGUEIRAS, Louro Margarida. Opções Pedagógicas e Seleção de Manuais Escolares na Região do Porto (Sécs. XIX – XX). In: MENEZES, Maria Cristina Menezes. **Educação, Memória, História**: possibilidades, leituras. Campinas – SP: Mercado das Letras, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. revista e aumentada, 24ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1999.

MARTINS, Eduardo. **Carlos Dias Fernandes**: notícia biobibliográfica. João Pessoa: união, 1976.

OLIVERIA, Cátia Regina Guidio Alves de ; SOUSA, Rosa Fátima de. **As faces do livro de leitura**. Cad. CEDES. v.20. n.52. Campinas. nov. 2000.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas. SP: Autores Associados, 2002.

REGULAMENTO GERAL DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA. **Decreto nº 873 de 21 de dezembro de 1917**. Parahyba: Imprensa Official, 1918.

RIBEIRO, Maria Luisa S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 14. ed. Campinas – SP: Autores Associados, 1995.

VALDEMARIM, Vera. **Estudando as lições de coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do Método de Ensino intuitivo. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.